

Governo compensará perda de estados

Mudanças tributárias em estudo pelo governo prevêem ainda a criação de imposto seletivo sobre cigarro, bebida e outros produtos

A nova proposta de reforma tributária que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, pretende concluir até o final do mês incluirá um mecanismo para compensar as possíveis perdas que os estados e municípios tiverem com as alterações. A idéia é criar uma câmara de compensação encarregada de fazer a equalização das perdas, com representantes da União, estados e municípios. As perdas serão cobertas com o dinheiro do fundo de equalização, que deverá ter a duração entre dez a doze anos.

As discussões em torno do novo projeto de Parente ainda não foram concluídas mas já se sabe que, diante das resistências da proposta anterior apresentada em setembro do ano passado, o Ministério da Fazenda cedeu em pelo menos dois pontos. Uma fonte do Ministério da Fazenda disse que o governo desistiu de criar o Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV) por considerá-lo um imposto de fácil evasão, de difícil arrecadação e caro para ser implantado. Concluiu também que a arrecadação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) deve ser responsabilidade dos estados e não da União, como era a proposta inicial,

mas as suas alíquotas serão definidas por lei federal.

O IVA será cobrado no destino da mercadoria e não na zona de produção, como ocorre com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que deverá ser extinto. Foi mantida a idéia de criar o imposto seletivo sobre fumo, bebidas, automóveis, energia elétrica, telecomunicações e combustíveis, mas a sua arrecadação ficará com a União.

O texto da reforma tributária deverá propor a transformação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em um tributo permanente. O dinheiro descontado das contas correntes poderá ser compensado pe-

lo contribuinte no Imposto de Renda, no momento da apresentação da declaração de renda. O esboço com os princípios básicos do novo texto já foi apresentado ao relator da reforma tributária no Congresso, deputado Mussa Demes (PFL-PI) e ao deputado Benito Gama (PFL-BA). Benito Gama explicou que uma forma de o governo ganhar tempo na tramitação da proposta no Congresso será a apresentação de um substitutivo ao substitutivo de Mussa Demes. A tarefa poderia ficar a cargo do próprio Benito, que pediu vistas para examinar

Joédson Alves 4-10-98



Parente: governo estuda saída para compensar estados e municípios com possíveis perdas com a reforma tributária

o documento de Mussa Demes.

Desta vez, Parente resolveu contornar as resistências dos estados e adotou uma nova estratégia para definir a proposta de reforma tributária: convidou um grupo de secretá-

rios estaduais de Fazenda para assessorá-lo na redação do projeto. Estes secretários passaram, no mês passado, duas semanas no Canadá estudando o funcionamento do IVA canadense. A Receita Federal partici-

pou do início das discussões e só deverá ser convocada para as reuniões após a definição do modelo de negociação política, no qual deverão ser incluídas as simulações de alíquotas para cada um dos impostos.